

113ª SESSÃO ORDINÁRIA 19NOV2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 19 de novembro de 2015.

Apregoo o Memorando, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento “60 anos da Cooperativa Languiru”, na Assembleia Legislativa, no dia 19 novembro de 2015.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Nereu D’Avila está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. NEREU D’AVILA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores funcionários, senhoras e senhores assistentes que nos honram com as suas presenças nesta Casa, senhoras e senhores telespectadores; hoje, daqui a pouquinho – são 14h20min –, às 15h, vai ser inaugurada em Porto Alegre uma nova forma de transporte para a população, que se chama Uber. Há uma grande celeuma em outras Capitais – Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília –, onde já houve a instalação dessa nova modalidade. Ouvi uma explicação, hoje de manhã, na Rádio Gaúcha, de um dos diretores. Ressalto que o Uber não é público; transporte público é a frota de ônibus, são os táxis, o Trensurb. O Uber é uma novidade. O Sr. Cappellari declarou que, encontrados esses carros em circulação com passageiros, eles serão multados pela EPTC em cinco mil e tantos reais e, conforme o caso, até recolhidos.

Alega o representante do Uber que a lei federal estabelece duas modalidades de transporte: o público e o privado. Então, existe lei federal que permite o funcionamento dessa modalidade. O problema é que não está regulamentada ainda, nem nas outras Capitais. Houve até um debate com um representante do Uber, com este Vereador, o Ver. Janta e o Presidente do Sinditáxi. E o representante do Uber disse que há dispositivo legal para o funcionamento. Então, segundo eles, é legal; o problema é que não há

regulamentação. E o Sindicato dos Taxistas levanta questões pertinentes a impostos, taxas, à fiscalização, ao que o Uber não estaria sujeito. Mas ficou claro no debate, através do representante do Uber, que eles têm interesse, sim, na regulamentação, e que eles querem se submeter às regras possíveis que a Prefeitura possa vir a estabelecer para essa modalidade nova. Acreditamos que, no caso, a população se incumbirá de julgar se essa modalidade é conveniente para ela ou não. Em princípio, as manifestações das outras capitais têm sido positivas para essa modalidade.

O Sr. Kevin Krieger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nereu, obrigado pela oportunidade. Eu estava falando hoje com o Prefeito Fortunati sobre esse assunto, e nós vimos, pela imprensa, que o Uber já está operando com um carro na Cidade hoje, não sei se chegaste a ler as notícias. O Prefeito, junto com o Vanderlei Cappellari, nosso Secretário da EPTC, tem feito uma discussão com esta Casa, inclusive com o Ver. Cláudio Janta, que tem um projeto em relação a essa operação. Agora, é fundamental que esta Casa possa, sim, fazer essa discussão e ter uma regulamentação. Essa empresa ou qualquer outra empresa não pode operar em Porto Alegre antes de ser regulamentada, e nós temos que fazer um trabalho muito forte em relação a isso.

O SR. NEREU D'AVILA: Correto, agradeço o aparte. Concordo integralmente. Em princípio sou favorável à modalidade nova, do Uber. Por quê? Porque incumbe à população, ao usuário escolher se quer usar um carro diferente, aí ele se submete às regras daquele transporte, é um direito dele. Dizem que o carro é mais novo, o motorista é qualificado e até o conforto é maior para o usuário. Acontece que a cidade de Porto Alegre não é uma Cidade de ninguém, ela tem regras, tem leis; tem a EPTC que é muito competente, muito atuante, com um serviço altamente positivo. Os táxis de Porto Alegre, cerca de cinco mil, em regra, oferecem um bom serviço; claro, há exceções de maus motoristas, alguns descuidados e até mal-educados, mas a EPTC está atenta. Então, não se pode dizer que Porto Alegre, neste setor, está mal-atendida; pode não ser o ideal, mas evidente que a idealização, em todos os setores, é bastante complicada. Acho que se tem o direito de usar um carro desse Uber, sim, até pensei que era mais caro por ser um carro mais novo, por ter mais conforto, mas o Diretor da Uber disse hoje, em entrevista na rádio Gaúcha, que será mais barato. Então, a população, em regra, pelo que ouvi, vai ser

beneficiada, e nós temos o compromisso de disponibilizar para a população o melhor serviço.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Nereu D'Avila. Na mesma linha, parece-nos muito complicado, neste momento, sinalizarmos contra ou a favor. Penso que cautela é o mais importante neste momento, até para observarmos as demais cidades brasileiras – não podemos comparar a nossa Capital com outras capitais no Exterior; temos que nos basear pelas nossas cidades brasileiras. Acho que cautela é a melhor coisa neste momento. Parece-me que não precisamos dizer que somos contra ou a favor, mas apenas darmos um tempo. Claro, não podemos tirar uma outra possibilidade de transporte da nossa sociedade, mas também temos que olhar para as questões de que é, sim, do Poder Público a obrigação de reger o transporte coletivo.

O SR. NEREU D'AVILA: Obrigado, concordo integralmente com a sua posição.

O Sr. Dr. Raul Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nereu, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, e lembrar a EPTC de uma solicitação que fizemos há muito tempo sobre um modal importante que conseguimos implantar na Cidade, o catamarã. Isso tem que ser mais valorizado; já foi prometido que a Ilha da Pintada seria contemplada com o catamarã. Nós sabemos que o pessoal da Ilha leva uma hora para chegar até o mercado, quando de catamarã leva de cinco a sete minutos. Então gostaríamos que esta Casa fizesse esse tipo de iniciativa para a Cidade ganhar com isso.

O SR. NEREU D'AVILA: Muito bem lembrado, Vereador. Acho que inclusive é o momento de diversificar para a população essa possibilidade. Quanto mais a população tiver conforto, segurança e mais velocidade no transporte, melhor. O catamarã já é um sucesso para Guaíba e, para a Ilha da Pintada, seria uma alternativa fantástica para a população. Acho que a nossa posição é semelhante. Se a população for beneficiada, o resultado final será melhor. É evidente que não se pode chegar em Porto Alegre e sair colocando coisas, ignorando que há leis que têm que ser observadas, que o Poder Público está atento, que há outras modalidades que têm regras muito restritivas, como os

táxis e lotações. Porto Alegre não é uma cidade que não tenha nenhum constrangimento que qualquer um possa chegar. Também não podemos desconhecer que, em regra, o que se tem obtido de uso em outras capitais, a população recebeu, está recebendo e usufruindo positivamente. Essas são as informações que têm chegado. Por isso, o Prefeito tem declarado que está aberto à negociação. O Secretário Cappellari foi hoje muito enfático. E nós todos estamos aqui com um projeto do Ver. Janta em discussão. Eu já me posicionei contrário no caso do projeto do Ver. Janta. Eu estou aqui na tribuna levantando questões que têm que ser dialogadas, que têm que ser legalizadas. Tem que haver regras, obviamente, porque esta não é uma Cidade sem lei e sem administração. Agora, proibir algo que ao fim e ao cabo será bom para a população... Porque, se eu quero usar esse transporte, sou bem tratado e pago mais barato, é um direito meu, a população não vai renegar. Vedar, dizer, pura e simplesmente, que é concorrência desleal, não, e nós temos que aprofundar a discussão.

O Sr. Mario Manfro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, parabenizar sobre a importância do tema que V. Exa. traz. Realmente, eu acho que nós temos que analisar essa questão sem nenhum preconceito, pensando no bem-estar da população, nas vantagens da população, mas também não podemos nos esquecer que existe uma categoria extremamente interessada nesse assunto, que são os taxistas, que paga imposto, que paga vistoria, enfim, há todo um regramento. Sem dúvida nenhuma, nós conseguindo, e tenho certeza que temos competência para tal, fazer com que, dentro das regras de competitividade, se estabeleça o que for melhor para a população, certamente nós contemplaríamos todos.

O SR. NEREU D'AVILA: Muito obrigado, Vereador, muito oportuno seu aparte.

Para concluir, eu quero dizer que o jornalista Antonio Carlos Macedo, na Rádio Gaúcha, hoje pela manhã, disse e repetiu que existem donos de frota de 30, 40 táxis, que impõe uma diária aos motoristas, empregados, por exemplo, de R\$ 300,00. De modo que, quando o motorista do táxi assume, ele já sabe que terá que ganhar R\$ 300,00 para passar ao seu patrão; a partir desse valor é que vai começar a ganhar a sua diária. Isso é uma exploração. E o jornalista Antonio Carlos Macedo pediu à EPTC que verificasse esse tipo de proprietário que explora taxistas. E, para ser motorista do Uber, por exemplo, tem

que providenciar uma série de certidões, como de setores criminais, civis, ou seja, os motoristas serão muito bem escalonados, muito bem escolhidos. E existem, também, taxistas super honestos, que ganham o seu pão de cada dia com muito esforço, com muito trabalho. Repito o que disse o jornalista Antônio Carlos Macedo, e a responsabilidade da afirmação é dele: “Existem donos de até 30, 40 táxis que exploram os motoristas em mais de R\$ 200,00, R\$ 300,00 por dia”. Ou seja, quase um escravagismo.

Estamos num momento – os Vereadores que fizeram os apartes, foram muito felizes – em que a Câmara pode discutir amplamente essa questão, aproveitando a chegada do Uber para verificar a questão dos táxis, a questão dos lotações, a questão do serviço em geral. Uma coisa é certa, e eu concluo, a população deve ser cada vez mais beneficiada com o serviço público da mobilidade urbana de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores que se encontram na Casa, funcionários da Câmara Municipal, público que nos assiste. Uma saudação especial às colegas da Taquigrafia por esse debate tão importante, relacionado à questão da insalubridade, que ficou para segunda-feira e vai precisar bastante da sensibilidade dos Vereadores. Agradeço à Ver.^a Jussara Cony, por ter me cedido este tempo.

Quero falar que saiu ontem na imprensa, Ver.^a Séfora, matéria sobre um projeto que vai entrar, provavelmente no ano que vem, de minha autoria, sobre a questão do *foie gras*. Num momento em que se discute a sensibilidade dos seres humanos, Ver.^a Pérola – fico feliz em ver aqui alguns colegas, o Ver. Eder Carteiro, que conheço há tanto tempo –, em que se discute temas tão importantes quanto ao relacionado à questão da humanidade, vemos a sociedade cada dia mais individualista, cada dia mais conservadora no aspecto de pensar só em si. As pessoas, muitas vezes, não conseguem nem olhar para sua própria família, quanto mais para temas relevantes da sociedade. E cada dia tem menos tempo para pensar.

Há o debate da Consciência Negra, que foi feito ontem, e o próprio debate do terrorismo, tanto do que há na França quanto do que há na Síria. Ontem eu vi um vídeo de uma criança chorando compulsivamente, na Síria, após um bombardeio, quando ela tinha perdido um irmão e ficado quase dez minutos com o pai e com o irmão completamente destroçado por bombas. Isso ocorre no dia a dia. Talvez, aqui no Brasil, a gente não atire bombas oficialmente, mas a intenção e o individualismo talvez sejam os mesmos. Muitas pessoas tratam os outros como se não existissem. Aí, eu entro mais uma vez no debate da questão dos animais, que não é gratuito. O *foie gras* não deixa de ser a mesma bomba, a mesma maldade que se tem com seres que sentem, prendendo patos e gansos e empurrando comida goela abaixo, por 17 dias, até os bichos morrerem por falta de movimento.

Eu espero que este projeto que vai entrar passe com facilidade na Câmara Municipal como um símbolo, assim como, Dr. Ayub – o senhor que está aí com a sabedoria de vida que tem –, eu, agora, quero ver se faço uma peregrinação, tanto nos locais de criação de vacas, aqui no Município de Porto Alegre, como nos locais de abate. Eu recebi um relato e vi vídeos de como são abatidos, por grandes empresas, vacas, bois e porcos para a gente comer. Tem que ter coragem para encarar essas grandes empresas que faturam em cima de vacas e bois, dando choques e, depois, uma porrada na cabeça, matando os bichos, que agonizam, e pregando-os ainda vivos para puxar e para matar afinal. Eu pergunto se alguém acha que uma vaca cujo filhote é retirado não sente a situação. Eu recebi um vídeo onde elas entram num corredor da morte para tomar essa porrada, e o olhar muda quando elas entram ali por sentirem a sensação da morte, assim como os frangos e galinhas, que muito a população come, rendendo muitos milhões. Eles criam galinhas para matar direto, em espaços de dois, três metros, com centenas se amontoando, umas por cima das outras.

Meu querido Dr. Mario, estou procurando agora os frigoríficos, os locais de criação, porque eu vou visitá-los para mostrar para vocês. Eu quero gravar o que vou ver lá e o que eu vi nos vídeos para vocês verem do que o ser humano é capaz de fazer com um animal. O que o ser humano é capaz de fazer, Sr. Ayub, com um filhote de porco, arrancando os dentes sem anestesia e fazendo a castração da porca, para ela engordar mais rápido, sem anestesia. Cortando as orelhinhas dos filhotes, matando-os para serem vendidos logo em seguida. Isso é o ser humano que faz. É por isso que tem que fazer

esse movimento. É por isso que eu vou ir frigorífico por frigorífico, criação de porco e vaca por criação de porco e vaca, para mostrar aquilo que não é mostrado. Porque o ser humano já recebe direto a mercadoria.

Amanhã, Presidente Paulo, para finalizar, eu quero dizer que recebi uma denúncia, com gravação, de um estupro de uma cadela, que foi currada, e isso é gravado, ontem na Restinga. Eu recebi esse vídeo e amanhã estarei indo a casa desse senhor para mostrar que não tem uma delegacia para se recorrer nesses casos, e, enquanto isso, acontecem esses casos lamentáveis com os animais e sem ninguém tomando atitude. O mundo inteiro está sensível à França, e eu pergunto: e com esses animais, quem está sensível? (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna porque faço questão de mostrar isto aos Vereadores. (Mostra documentos.) Estes documentos são os documentos que nós, da CPI, requeremos ao Executivo, que depois de 60 dias nos encaminhou. Documentos esses que, eu já disse hoje pela manhã, não se prestam, em absoluto, para as finalidades às quais nós solicitamos. Para terem uma ideia, aqui estão marcadas as páginas e, pasmem, senhoras e senhores, depois de 60 dias, o próprio Secretário entregou lá no nosso gabinete. Eu poderia me calar com relação a esses documentos, mas é importante que a sociedade saiba: são documentos que desmerecem esta Casa, são documentos que nos levam, cada vez mais, às conclusões que nós estamos chegando de que no Acampamento Farroupilha de Porto Alegre há, sim, desvio de recurso público e não é de hoje! E muitos homens desta Cidade podem não ter participado, mas pela convivência, pelo silêncio, terão que ser responsabilizados, sim. Não há dúvida disso! A CPI está andando com muita dificuldade – hoje, novamente, não tivemos quórum. Mas, ao final, da CPI, independente das conclusões, este Vereador vai, sim, levar aos órgãos competentes o que se pôde apurar até agora, o que se pôde apurar! Porque não há como se chegar a uma conclusão mais consistente, até com o objetivo de não fazerem justiça com esses documentos. Eu tenho vergonha de dizer, mas eu preciso dizer que são documentos que

vieram, foram entregues no meu gabinete pelo Secretário da Cultura deste Município, que tenho dito, não é somente ele, os demais, nos últimos tempos, foram e são irresponsáveis. Só para fazer um resumo, aqui está: basta os senhores observarem. (Mostra documentos.) Aqui tem fotografias, cópias de fotografias preto e branco. Eu pergunto: a que se prestam esses documentos – se é que dá para dizer que são documentos – para uma CPI? Aqui tem cópias de fotografias de bailes lá em São Luiz Gonzaga, baile em Esmeralda, baile em Carazinho, baile em Passo Fundo, baile em São Borja. E o Prefeito, o Executivo está pensando que vai fazer um baile com todos os Vereadores aqui! Até pode ter alguém que dance! Mas este e outros Vereadores que já sinalizaram, não vão dançar essa música, não! E quero aproveitar este momento também para dizer o que já disse na semana passada: agora, estão criando um outro aparelho político. Aparelho! Porque eu respeito as questões do Orçamento Participativo – OP, do qual eu não participo e não quero participar, e nunca vou participar! Agora, o que estão fazendo? Estão querendo aparelhar aqui no Acampamento, com o Orçamento Participativo, aparelhar questões políticas partidárias! Para que os senhores saibam, agora, para resumir, o Executivo insisti, manda aqui, no Orçamento, verbas nominando piquetes. Estão estabelecendo aqui: R\$ 150 mil, bota meia dúzia de piquetes, só eles, como se os 370 piquetes que lá estão não tivessem direitos de igualdade. Eu, particularmente, acho que lá não deve se levar verba pública, essa é a grande verdade. Mas se dá, se propõe para oito, propõe para os 370, então, por uma questão de justiça. Olhem, senhores, são R\$ 150 mil para distribuir, são mais de R\$ 100 mil para construir um galpão de costaneira. Alguém pode dizer assim: “Ah, mas baixou, no ano passado foram R\$ 240 mil”. Foi tirado R\$ 240 mil com o aval da Procuradoria, a qual não se deu conta de que, na outra semana, desviaram para outras finalidades! É isso que estou dizendo: não se deu conta! Para pedir, pediram, mas para fiscalizar, não fiscalizaram! E ficaram quietos, estão quietos, silenciaram, estão quietinhos! Aí vem, logo em seguida: “Para atividades culturais do piquete do OP: R\$ 50 mil”. É muito dinheiro! Pessoal, o Orçamento Participativo não pode se misturar com as questões do Acampamento Farroupilha, nem o Acampamento Farroupilha no Orçamento Participativo. São corpos estranhos! Olha, podem aguardar. Tenho certeza de que vamos ter Vereadores da CPI que haverão de me acompanhar. Vou denunciar de novo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; pessoas que nos assistem aqui e através da TVCâmara; hoje quero fazer uma homenagem, nesta tribuna, pelos 178 anos da Brigada Militar que ocorreu no dia de ontem. Quero registrar toda minha admiração e reforçar aqui o meu constante incentivo e trabalho por sua valorização e reconhecimento. Não poderia deixar de aproveitar a oportunidade de registrar também que meu vínculo com a Brigada Militar sempre foi muito forte por uma razão muito simples: desde a época em que o meu pai, Pedro Américo Leal, foi Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, tendo assumido também a Secretaria de Segurança do Estado, quando vivi intensamente o dia a dia dessa corporação, acompanhando o seu dedicado trabalho.

A Brigada Militar é uma presença constante, é uma referência nos mais importantes eventos do Rio Grande do Sul, em iniciativas de toda a natureza onde é necessária a plena segurança ou a manutenção da ordem. Seus profissionais, capacitados, são também responsáveis por ações que, à primeira vista, parecem menos relevantes, mas que fazem a comunidade crescer e se desenvolver. Devemos lembrar a Operação Golfinho, realizada há 48 anos nas praias do Litoral gaúcho; o Proerd, que é desenvolvido desde 1998 junto às escolas, com policiais militares voluntários alertando nossos estudantes quanto ao uso de drogas e a relação dessas drogas com a violência; a participação em importantes programas de educação ambiental, de prevenção de acidentes, campanhas de trânsito e em tantos outros trabalhos cooperativos onde a população é a maior beneficiada. Então, essa presença da Brigada estabelece uma relação humana entre os que fazem a segurança pública e os cidadãos, o que constrói nossa sociedade e contribui para o estabelecimento do bem comum.

No quadro de avanço da criminalidade, da onda de violência em que o Brasil se encontra, sem a atenção merecida dispensada pelos governos, pela falta de políticas próprias para a área da segurança e até de um ministério exclusivo para a segurança pública, devemos entender o quanto é difícil ter um policial militar hoje em dia em nosso Estado. Enfrentam o sucateamento e a falta de equipamentos de efetivo, que teria que acompanhar o

crescimento da população e o desenvolvimento urbano, a falta de salários mais justos e a falta de moradia digna. Muitas vezes, esses policiais militares precisam esconder a farda tão honrada usada por eles, ao chegar e sair de casa, para não ficarem expostos e nem exporem suas famílias, pois muitos vizinhos são do crime. Mas esses profissionais não esmorecem frente às dificuldades que encontram diariamente. Muito pelo contrário; creio que os policiais militares, tendo a consciência de que são agentes de utilidade pública, apesar das dificuldades, sabem da sua real importância. A situação da Brigada Militar gaúcha foi tema de diversas falas minhas nesta tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre neste ano, em outros anos também, e nos textos e publicações nas áreas sociais, nos programas de rádio, como jornalista, na televisão, sempre me manifesto com frequência. Nunca me cansarei de mostrar o quanto estimo e almejo o melhor para a Corporação como um todo, para mulheres e homens que dão a vida para a nossa proteção. Na minha caminhada política, a segurança é causa e prioridade, pautada de uma forma ou de outra em todos os meus projetos, e, onde quer que eu esteja desempenhando a minha função, dedicando o meu interesse de cidadã e Vereadora às categorias da segurança pública em geral, tenho plena consciência da minha responsabilidade para com esta classe à qual hoje e sempre presto homenagem.

Eu queria aproveitar a oportunidade de estar aqui hoje, nesta tribuna, fazendo uma homenagem pelos 178 anos da Brigada Militar, e registrar que o efetivo da Brigada Militar, mais uma vez, é abaixo daquilo que nós necessitamos: em 1975, nós tínhamos 23 mil policiais militares no Rio Grande do Sul; em 1995, 27 mil; atualmente, nós temos 20 mil policiais militares, ou seja, um policial militar para 547 pessoas. E com tudo isso, os policiais militares não deixam de forma alguma de prestar a sua segurança com sua própria vida para cuidar da vida dos porto-alegrenses e gaúchos.

Queria também aproveitar a oportunidade aqui para dizer que eu fui procurada, de uma forma muito simpática, pela Ver. Pérola, que disse que ontem, na minha fala, o seu movimento estaria preocupado com uma palavra que eu usei quando me referi à violência na Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Eu fiquei tão preocupada quanto ela e, imediatamente, fui às taquígrafas que nos assessoram e busquei a transcrição da minha fala para encontrar o termo “zumbis”. A Ver. Pérola falou que seu movimento queria que eu entendesse que eles muitas vezes ficavam sentidos porque eram usados termos de uma forma pejorativa. A Ver.^a Pérola está chegando agora, então, não teve ainda a

oportunidade de conhecer a minha conduta na tribuna ou fora dela; todas as minhas manifestações, mesmo quando estou contra algum projeto ou alguma idéia, eu defendo e luto bravamente, com as minhas ideias, mas de forma cuidadosa e respeitosa. De forma alguma, essa palavra foi usada para ofender ou de forma pejorativa. Tanto é verdade que, quando me referi à violência, à falta de segurança no Estado, quando eu quis dizer que o sentimento em comum, que é do medo, a todas nós, mulheres, mães, quando eu contei o que vivi, na minha figura de mãe que, muitas vezes, esperava filhos nas janelas de madrugada, eu usei o termo, na seguinte frase: “Nós, mães, mulheres, nós ficamos como zumbis nas janelas, aguardando e rezando para que nossos filhos voltem com vida”. Então, Ver.^a Pérola, aceite a minha justificativa de que foi feito de coração, respeitosamente, mas, num desabafo de mulher que é mãe, que eu me sinto mesmo rodeando a janela, esperando filhos, de lanterna, vigilante. Foi nesses termos. De forma alguma, foi no sentido pejorativo, porque eu respeito e admiro a luta do movimento. Era importante deixar claro isso.

Para concluir, querido Presidente, queria também fazer um registro que hoje é o Dia da Bandeira. Eu, que sou filha de militar, sei o valor desse símbolo, quando eu canto o Hino Nacional, contemplo a Bandeira e coloco a mão no coração. Sinto-me especialmente honrada em ter essa herança militar; meu pai, o Cel. Pedro Américo Leal, fez do Exército Brasileiro a sua família, a sua escola de vida e, por consequência natural, meu sentimento de amor à pátria é muito forte. Eu fiquei muito feliz quando assisti e participei do hasteamento da Bandeira nacional aqui, na entrada, na rampa da Câmara Municipal, na Casa do Povo de Porto Alegre. A minha percepção de símbolos nacionais vem de tempos já distantes, em vilas de casas comuns, iguais, pintadas de branco com janelas verdes e quintal de chão batido. Ficava em Resende, Rio de Janeiro, ainda Estado da Guanabara. Hoje nós falamos muito em condomínios horizontais, aquele era um condomínio simples, sem luxos, mas, para mim, o melhor do mundo. Era a vila militar, onde passei boa parte da minha infância. Ali, enquanto crescia, obtive ensinamentos que não se aprendem na escola. Aprendi a admirar o soldado como verdadeiro defensor da pátria, cidadão de honra, que impunha a bandeira junto com os seus ideais. Conheci uma estrutura alicerçada na solidez de uma sociedade que vive e se emociona em torno dos seus símbolos, heróis, feitos e vitórias, no passado, na guerra e na paz. Toda Nação cultiva – e deve cultivar! – os seus símbolos. Quando cultiva, marca profundamente a formação de

pág. 11

seus filhos e desperta sentimentos que permanecem para sempre. Comigo foi assim, reconheço isso com clareza. Então, neste 19 de novembro, como brasileira, destaco a data e faço esta homenagem, também, a nossa Bandeira nacional. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereadora. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. A Ver.^a Mônica Leal, em Grande Expediente, fez uma justa homenagem à Brigada Militar – aproveito para cumprimentar a Vereadora e a Brigada.

Eu quero fazer um reconhecimento, aqui, pelas últimas ações exitosas da Polícia Civil. Nesses últimos meses, a Polícia Civil fez algumas operações interessantes, como, por exemplo, pegar o comando do bandido Seco de dentro da cadeia, com outro comparsa com quem ele se aliou. Hoje, pela manhã, também, desbaratando uma quadrilha que roubou 50 automóveis no último mês, aqui na Grande Porto Alegre. Então, a Polícia Civil está fazendo um trabalho interessante e importante. Começamos a sentir o trabalho das nossas polícias militar e civil, dando um pouco mais de tranquilidade à população.

O que também me trouxe a esta tribuna, Sr. Presidente, foi o que aconteceu ontem no Tribunal de Contas do Estado. Ver. Villela, estava marcado para ontem um julgamento, no Tribunal de Contas do Estado, de um assunto importante da PGM – Procuradoria-Geral do Município. Esse assunto julgado poderia trazer sérias consequências para as intenções dos procuradores. Eu não sei, mas gostaria de saber alguém que tenha contato com o Tribunal de Contas ou com o Dr. Da Camino, para a gente saber por que foi transferida essa pauta de ontem para o final de dezembro. Eu não sei por quê! Se é esperando uma votação na corrida, aqui, na Câmara de Vereadores, nós não vamos nos dobrar a isso não. Nós vamos discutir: o que é de direito é de direito, o que tem que ser discutido vai ser discutido. Agora, eu gostaria de saber por que o Tribunal de Contas transferiu, eu não sei se tem algum motivo especial, é só uma pergunta que eu estou fazendo. Mas esta sessão do Tribunal de Contas influencia diretamente a posição que os Vereadores deverão tomar aqui nesta Casa. Eu estranhei muito. Eu acompanhei a pauta, a agenda do Tribunal de Contas e, para surpresa, vi que transferiram esse assunto

pág. 12

importante, fazendo com que a Câmara também não possa se posicionar sobre esse assunto, PGM, imediatamente. Nós vamos esperar para ver o que diz o Tribunal de Contas. Ou seja, a transferência do julgamento do Tribunal de Contas faz com que a Câmara também transfira para depois o assunto PGM. Não é possível nós sermos submetidos à dúvida, à incerteza. Nós precisamos dessa baliza do Tribunal de Contas para tomar decisões importantes aqui na Câmara.

Também quero dizer a alguns Procuradores – não são todos, porque tem gente muito boa na PGM – que não adianta ficar vasculhando as minhas indicações, ou funcionários que eu tenho no Governo para ver se estão cumprindo ou não dedicação exclusiva. Isso não é de Procurador, é de advogado de porta de cadeia. E eu também não me assusto com essas ameaças veladas de alguns Procuradores, não me assusto!

Dr. Thiago, V. Exa., que tem uma estreita relação com esse pessoal, pode avisar a eles que não temos problema não! Eles têm muito mais rabo preso do que eu! Se é assim a discussão, podem ter certeza de que eles vão levar desvantagem. Eles têm muito mais rabo do que muita gente tem em Porto Alegre. Então, vamos tratar isso com um pouquinho mais de altivez. Essa é a recomendação que eu faço, aqui não tem ninguém filho de pai assustado, muito menos por essas pequenas ameaças veladas.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É verdade. Aqui todo mundo tem a sua espinha, que se dobra quando convencida pela verdade. Eu, às vezes, estou errado. E, me convencendo pela verdade dos fatos, eu não tenho nenhum problema de voltar atrás; agora, na ameaça, não. Eu sou muito bom como amigo, mas como inimigo sou muito melhor! Muito melhor! Então, para deixar as coisas claras, bem transparentes, vamos ver o julgamento do Tribunal de Contas para que nós, baseados na inteligência, nos doutores do Tribunal de Contas, nos juízes, no Procurador, possamos também estudar melhor este projeto da PGM. Nós não temos pressa, queremos fazer a coisa certa, só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a tratar sobre a Multa da Consciência, trazido pelo Fernando Prati, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Crefito 5. O Sr. Fernando Prati está com a palavra.

O SR. FERNANDO PRATI: Muito obrigado, Presidente Paulo Brum. Saúdo V. Exa. e os Vereadores presentes. É com muita satisfação que, mais uma vez, estamos sendo recebidos nesta Casa para comunicar um trabalho social que o Crefito vem fazendo. Nós encontramos no Ver. Delegado Cleiton um amigo, que, sensibilizado pela nossa campanha, nos convidou para esta tarde estarmos na Casa compartilhando com os senhores este projeto que busca conscientizar a população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul numa situação inicialmente em que nós convivemos diariamente com isso e nos revoltamos até, no nosso cotidiano, nos estacionamentos dos *shopping centers*, dos supermercados, transitando pelas calçadas esburacadas, quando muitas pessoas portadoras de deficiência vão aos prédios públicos e não encontram a acessibilidade que merecem enquanto cidadãos. O Conselho, diferentemente do que os senhores possam pensar, não é uma entidade corporativa, muito pelo contrário; o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional é uma entidade à serviço da sociedade, que zela pela qualidade da assistência de saúde à população, pelo bem-estar dessa população. Nós entendemos que devemos participar desse projeto de cidadania através de uma forma inteligente, de uma forma educada e que realmente as pessoas possam se sensibilizar. Criamos a Multa da Consciência, que já ganhou espaço no Rio Grande do Sul. Os dezesseis mil fisioterapeutas e os aproximadamente mil terapeutas ocupacionais do Rio Grande do Sul hoje são elementos que estão multando as pessoas que estacionam em lugares destinados a deficientes, idosos e gestantes; pessoas que estacionam ou param em faixa de segurança, que bloqueiam rampas de acesso, que tenham suas calçadas irregulares, que jogam lixo nas ruas, que possuam obras nas calçadas impedindo a passagem dos pedestres, entre outros. Esta foi uma forma inteligente - modéstia à parte - que a nossa assessoria de comunicação encontrou para conscientizar a população dessas situações do nosso cotidiano, porque não adianta só nos revoltarmos, é

pág. 14

necessário que se faça alguma coisa. Não se trata de uma punição, única e exclusivamente; punir é fácil, criar leis é relativamente fácil, difícil é educar. Para educar não basta ter um diploma de educador, mas tem que ser educador, e a sociedade tem que ser educadora. As autarquias públicas têm que ser educadoras. As Câmaras de Vereadores têm que ser educadoras. A Assembleia Legislativa tem que ser educadora. O Governo tem que ser educador. E assim estamos empenhados nessa campanha.

Vimos aqui não só para apresentar, mas tentar sensibilizar os senhores e senhoras para que se unam a esse projeto como já se uniram o Shopping Lindóia; o Jornal Novo Hamburgo; Jornal Zero Hora, por meio do jornalista Tulio Milman; o Sr. Paulo Kalef, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Deficiente; outras tantas entidades sociais e públicas do nosso Município e do nosso Estado. Agora, eu, respeitosamente, provoco V. Exas. a se unirem a esse projeto por meio das suas assessorias, do seu relacionamento com seus eleitores, discutindo a acessibilidade com mais empenho, discutindo o direito de ir e vir de todo e qualquer cidadão. Quando entrarmos em um *shopping center* e vemos uma pessoa aparentemente saudável estacionar na vaga do idoso, ou da gestante, ou deficiente físico, que saque do seu bolso a multa e faça o “X” na infração feita e coloque no para-brisa do automóvel ou na caixa do correio da residência. Não basta apenas o cumprimento da lei, pois temos prédios públicos – e desafio os senhores a subirem a rampa do Tribunal Regional Eleitoral da Praia de Belas – onde não é uma rampa de acessibilidade, é uma montanha! Duvido que qualquer pessoa consiga subir aquela rampa confortavelmente, principalmente um cadeirante ou alguém que sofreu um Acidente Vascular Cerebral, enfim, pessoas que têm dificuldades de locomoção. Lá eles cumpriram a legislação, mas, tecnicamente, não está cumprida, e, assim, senhores, nós vemos em todos os lugares.

Então, mais uma vez, não querendo me delongar, e agradecendo a atenção de todos e de todas, nós estamos distribuindo para os senhores este material (Mostra documento.) que está à disposição de todos lá no Crefito 5, na Av. Palmeira, nº 27, sala 403. A nossa assessoria de comunicação terá imenso prazer em visitá-los nos seus gabinetes para poder trazer mais exemplares deste documento e para trabalhar conjuntamente com os senhores e com as suas ações, com os seus assessores, para que a gente possa, de fato, conscientizar a nossa população sobre essa situação, e, principalmente, senhoras e senhores, nas escolas.

Os senhores e as senhoras que têm contato com professores, com educadores, eu vejo aqui o Ver. João Bosco Vaz, que é um educador muito envolvido com a questão do esporte, muito preocupado com as crianças, com o futuro das crianças, e que usa o esporte como instrumento de educação para isso. Então, que nós usemos também junto às nossas crianças e mostremos a elas que multa não é uma questão monetária, mas uma questão de consciência e de conscientização.

Muito obrigado, Presidente, muito obrigado, senhoras e senhores. Nós estamos sempre à disposição desta Casa e, sempre que formos convidados, viremos com muita alegria e com muita satisfação. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Sr. Fernando. Convido-o a fazer parte da Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente, uma boa tarde a todos, Fernando Prati, eu fiquei ali em total atenção; que maravilha, estou com dois aqui (Mostra documento.). Meus amigos, nós temos, hoje, o Grêmio; temos, domingo, o Gre-Nal, vou conseguir mais para entregar, pois eu acho que este é o caminho da educação, este é o caminho, Fernando. Vamos mexer com o coração das pessoas; não é com multa, não é com dinheiro, porque, se a pessoa tem dinheiro, ele paga; não, vamos mexer primeiro no coração dessas pessoas, e começar com a nossa juventude. Que maravilha, meus parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Paulo Brum; Sr. Fernando, quero me juntar a essa iniciativa brilhante. Aliás, já estamos juntos há bastante tempo em outras atividades, na área da fisioterapia esportiva principalmente, depois, quando fui Secretário de Esporte criei a clínica de fisioterapia esportiva no Ginásio Tesourinha, juntamente com o apoio do

Conselho nos orientando, e o senhor, como professor do IPA, fazendo o estágio obrigatório com os alunos, e agora, essa iniciativa do Conselho. Fantástico! Bem pensado, olhando para frente, chamando a comunidade a participar. E aproveito a sua presença, como Presidente do Conselho, para dizer que estou acolhendo a solicitação do César de Agosto – um grande fisioterapeuta, um grande homem, um grande amigo –, e estou protocolando aqui na Casa para que o dia 8 de novembro seja o Dia do Fisioterapeuta Esportivo, porque também é um pedido do Conselho. Um grande abraço para o senhor, meu amigo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Crefito, representado aqui pelo seu Presidente Fernando. Porque, assim como vocês, eu também identifico a multa como um processo pedagógico antes de qualquer coisa. A multa tem um caráter punitivo, mas também educativo. Se está se fazendo algo errado, então, que isso não se repita. Pelo menos vai doer no bolso!

Eu já usei a tribuna, no início do ano, para destacar um procedimento que eu acredito ser mais adequado, justamente para que o brasileiro se dê conta de que responsabilidade e respeito no trânsito deveriam estar acima de qualquer coisa. A iniciativa que eu destaquei no meu pronunciamento foi a metodologia de multa empregada na Suécia, que difere no Brasil. No Brasil, a multa é aplicada de acordo com a infração cometida no trânsito; na Suécia, ela é baseada na infração e na renda do indivíduo que cometeu a infração. E eu sou totalmente favorável a essa prática de que a renda do indivíduo seja utilizada como argumento de cálculo para a aplicação da multa. Porque, aí, se compararmos os vencimentos recebidos, poderemos, realmente, pedagogicamente, punir o indivíduo para que aquilo não torne a acontecer. Então, comparativamente, um Vereador da cidade de Porto Alegre teria uma multa muito mais pesada do que um servente de obras, e eu acho isso extremamente justo. Enquanto houver um nivelamento em que as pessoas de menor poder aquisitivo sejam punidas de forma muito mais rigorosa, em termos proporcionais, do que aquelas classes mais abastadas da sociedade, aqueles que têm maior poder

aquisitivo nunca vão botar a mão na consciência e repensar os seus atos. Então, responsabilidade acima de qualquer coisa. Precisamos mudar a mentalidade do nosso povo, e esta iniciativa é maravilhosa. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Sr. Fernando Prati, Presidente do Crefito 5, para mim, é uma satisfação a sua presença. Quando eu tomei conhecimento deste projeto da multa, tivemos um contato, e logo comecei a repassar os talõezinhos. Inclusive, estávamos conversando, e eu disse ao Sr. Fernando que já cheguei a multar, também, aqui no Big da Cavallhada, quando deixei uma multa para alguém que estava na vaga de idoso e não o era. Foi levado numa boa. Depois, vamos distribuir os talões para as pessoas que estão nas galerias. É uma multa que traz conscientização. O Crefito é importante porque é uma entidade que foi criada para defender os seus pares, mas vai mais além: cria situações de integração e proteção na sua comunidade. Então, eu fiz questão de indicá-los para este momento, homenageando todos os fisioterapeutas; e vou usar o nome de um vizinho, o Marcelo, nosso amigo em comum, para homenagear todos os fisioterapeutas de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Sr. Fernando, eu quero falar como Vereadora, Líder do PCdoB e Líder da oposição, mas quero falar como farmacêutica e colega, sobre aquilo que tu trazes aqui com muita propriedade, que é essa visão estratégica das equipes multidisciplinares e a visão estratégica de trabalhar com a saúde e não com a doença. Eu aprendi muito com os fisioterapeutas e com os terapeutas ocupacionais quando fui Diretora-Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição. Essa visão holística, levando a academia à realidade da vida

e interagindo para garantir a vida das pessoas passa muito por profissões como as que tu estás representando aqui. Confesso que foi um enorme aprendizado. Inclusive os fisioterapeutas, junto com outras categorias, incluindo os terapeutas ocupacionais nos permitiram estabelecer no Grupo Hospitalar Conceição a linha de cuidado de saúde do trabalhador. A referência que eu tive foi exatamente nas profissões que tu estás representando. E tu vens a esta Câmara Municipal, eu tenho a absoluta convicção, para conquistar corações e mentes. Foi assim que eu te ouvi durante todo o tempo e também recebi esse material das colegas que estão nos ofertando e distribuindo, para uma iniciativa que tem a educação como fator de relações com humanização, como fator de prevenção à saúde e como fator de preservação do meio ambiente. É uma ligação que só com essa visão holística – e assim o digo porque é mesmo – é que nós podemos entender o significado dessa área. Estamos às vésperas da 15ª Conferência Nacional de Saúde, com certeza iremos todos nos encontrar por lá, e essa é uma conferência que vai reafirmar o Sistema Único de Saúde, porque a disputa hoje é enorme entre o sistema público e a complementaridade. Nós não podemos virar complementaridade.

E eu tenho absoluta convicção disso. É dessa forma que eu consigo homenagear e dizer que vocês estão honrando as categorias das profissões da saúde com uma proposta que tem a singeleza de humanização, porque as coisas são singelas, não são complicadas, mas ela tem a grandiosidade das relações humanas. Estou levando alguns panfletos porque eu tenho muitos filhos, muitos netos, e eu tenho certeza de que a minha gurizada toda vai abraçar isto aqui. Porque a visão de um novo mundo passa também por iniciativas como esta aqui. Todos os nossos cumprimentos. Tenha, na gente, sem dúvida, Vereadores e Vereadoras, tenho certeza, parceiros para esse processo, para essa batalha, para essa luta que dignifica as profissões de vocês e a todas as profissões de saúde que pensam na vida para evitar a morte antes do tempo que espiritualmente ela esteja a nós destinada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Pérola Sampaio está com a palavra em Comunicações.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO: Primeiramente quero saudar o Presidente Paulo Brum e também o Sr. Fernando. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos saudar essa importante iniciativa que tem como foco a educação. A educação começa na escola e na infância. A iniciativa de vocês, do Conselho Regional de Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, é muito importante, reconhece a possibilidade do ir e vir das pessoas com necessidades educativas especiais. A gente precisa ter esse olhar e precisamos de iniciativa acolhedoras e que respeitem essa diversidade. Nós que trabalhamos com essa questão da diversidade, por sermos a cara dessa diversidade, de fato mesmo, sabemos o quanto ela é importante. A gente quer parabenizar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos novos Vereadores que tomaram posse, esta importante iniciativa que possibilita o ir e vir de qualquer cidadão, principalmente do cidadão com as suas deficiências, de poder ter a possibilidade de estacionar em algum local e ter aquele atendimento específico sem que outro pegue a sua vaga. Queremos parabenizar a iniciativa e dizer que somos parceiros nesta luta. Obrigado pela sua presença nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eder Carteiro está com a palavra em Comunicações.

O SR. EDER CARTEIRO: Boa tarde, Presidente Paulo Brum. Fernando, adorei a iniciativa, principalmente ali na parte dos “outros”, opção constante da Multa da Consciência. Quando eu era pequeno, meu pai me ensinava pedir licença para sair da mesa, pedir licença a pai e mãe, respeitar o idoso. Eu e a Bancada do Partido dos Trabalhadores adoramos a iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente; Sr. Fernando Prati, falo em nome da Bancada do PMDB, dos Vereadores Cecchim, Mendes Ribeiro, Dr. Raul. Certamente

essa cartilha, com esses itens que parecem singelos, é a forma mais objetiva de se conscientizar. Justamente os itens que vocês escolheram vêm ao encontro das pessoas que tanto necessitam ter mais mobilidade. E é assim que a gente dá visibilidade às campanhas. O senhor, do Crefito, está aqui defendendo uma categoria, e esse trabalho que vocês desenvolvem nos subsidia. Acredito que vai ser um sucesso essa campanha, porque serve para uma reflexão do que se faz no dia a dia. Nós, como Vereadores, cobramos muito do Executivo a conclusão dos serviços, as próprias calçadas. E isso vem ao encontro do que precisa ser feito. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigada, Vereadora. Sr. Fernando, queremos agradecer pela sua presença. Esta Casa se engaja nessa luta que é de vocês e que é de todo o cidadão de bem.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu subo a esta tribuna – o Ver. Cecchim tinha me citado – para fazer algumas ponderações, de forma muito respeitosa, Ver. Cecchim. Acho que já conversamos, temos visões diferentes sobre esse processo dos servidores públicos, temos concepções diferentes. Vossa Excelência, com todo o respeito, tem perfil mais liberal, até porque é um empresário. Eu sou funcionário público, sou do PDT, tenho um perfil trabalhista, acredito profundamente no servidor público, na advocacia pública, e acho fundamental que nós possamos ter esses servidores públicos de forma equânime nas Secretarias, nós temos que dar condições para que isso ocorra. Eu tenho uma posição muito clara quando divirjo dos projetos do Executivo. Eu venho a esta tribuna – Ver. Kevin, que concorda com o que eu digo – e defendo veementemente a minha posição, mesmo que ela seja contra a gestão do meu partido. Já fiz isso várias vezes, Dr. Goulart, já fiz isso durante todo o período em que estou aqui, com relação às questões da Saúde, e V. Exa. tem feito isso no tempo em que está aqui, colocando, exatamente, os “pingos nos is”, apontando as dificuldades para que elas sejam corrigidas. Esse sempre é o nosso desiderato. E nesta situação específica, referente ao projeto da Procuradoria, acho que é um acerto do Governo Municipal. É um projeto do Executivo Municipal, não é um projeto do Dr. Thiago, não é um projeto do Dr. Goulart, não é um projeto do Ferronato,

é um projeto do Executivo, do Prefeito Municipal, e, na minha modesta opinião trabalhista, Ver. Kevin Krieger, está certo o Prefeito Municipal. Está certo o Prefeito Municipal! Foi um projeto trabalhado na compilação das necessidades da advocacia pública. Quando fui Presidente desta Casa, no ano de 2013, uma das primeiras ações que eu tive – em função das necessidades, Dr. Goulart, porque na nossa Procuradoria nós tínhamos dois Procuradores somente –, fui buscar Procuradores do Município, cedidos para a Câmara, para nos ajudar. E foi tão boa a presença do Alexandre Dionello nesta Casa, que ele ficou na próxima gestão, do Ver. Professor Garcia. Só não ficou agora por questões de suas funções profissionais, lá no Executivo, onde ofereceram melhores condições profissionais, as quais ele almejava, e acabou voltando para o Executivo, mas foram dois anos em que esta Casa foi privilegiada por ter mais um Procurador, um Procurador de gabarito, que nos ajudou muito nos processos licitatórios, nas questões vinculadas aos servidores. Claro que ele não foi o único, mas ajudou e construiu esse processo que hoje vemos. Muitas vezes, um Presidente, Ver. Dr. Goulart, que já foi Presidente, tem dificuldade, não consegue fazer aquilo em um ano. Essas licitações e essas obras que estão sendo feitas hoje, muitas delas, fomos nós que licitamos em 2013. Observo hoje a troca de lâmpadas LED aqui, foi uma solicitação do Ver. Bernardino no segundo mês de gestão. Então, é importante que nós, sem dúvida nenhuma, possamos qualificar a advocacia pública. Essa é uma demanda do Executivo, a Dra. Cristiane Nery juntou as necessidades e não há esse impacto financeiro que estão dizendo. O impacto financeiro é metade do impacto financeiro da Fazenda, e os Procuradores, sim, trazem recursos para o Município, evitando descalabro, evitando desvio de recurso público e em situações pontuais e contundentes, buscando recursos que são devidos ao Município e que, às vezes, as empresa não pagam.

Portanto, aqui temos uma grande diferença em visão de mundo: há aqueles que acham que temos que, a cada dia mais, incentivar e acreditar no servidor público; e aqueles que também têm uma posição honrosa – a gente diverge sobre as ideias –, têm as suas colocações, as suas opiniões, que devem ser respeitadas, que não acreditam tanto nos servidores públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Terres está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO TERRES: Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e aos que nos assistem; quero agradecer à Bancada do PCdoB e do PSOL, por me cederam este tempo de Comunicação de Líder, pela oposição, porque quero fazer uma discussão a respeito da terceirização na saúde. Eu sou profissional da área da Saúde, participo do Fórum em Defesa do SUS do Rio Grande do Sul e também da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, e sou conselheiro aqui no Conselho Municipal de Saúde, representando o Conselho Regional do Serviço Social. Portanto, está no meu DNA a defesa do Sistema Único de Saúde. E, por óbvio, na condição de militantes da saúde, somos contrários à terceirização. E esta Casa, no final de 2010, fez uma ampla discussão a respeito da criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família. Fizemos uma discussão, e o Conselho Municipal de Saúde e os movimentos sociais foram contrários, porque somos contrários, sim, à terceirização da saúde, porque entendemos que o SUS é universal, é gratuito, atende desde a pessoa que está em situação de rua até a pessoa milionária neste País. A terceirização prioriza a questão do capital, a questão do lucro, e nós queremos o SUS como uma política pública.

Quanto à criação do IMESF, uma das discussões é que o IMESF não presta contas ao Conselho Municipal de Saúde. No IMESF, não tem o controle social para fazer a discussão sobre as ações em saúde para a cidade de Porto Alegre. Infelizmente, o nosso discurso, Ver.^a Mônica Leal, estava corretíssimo quando nós fomos contrários à criação do IMESF, porque, há duas plenárias, pela primeira vez, a Secretária Municipal da Saúde, Ver. Prof. Alex Fraga, foi fazer a prestação de contas no Conselho Municipal de Saúde. Ou seja, o IMESF, enquanto fundação, uma empresa terceirizada, não presta contas à população de Porto Alegre. No entanto, todos os dias, nesta Casa e também no Conselho Municipal de Saúde, a população vai reclamar pela falta de atendimento. A justificativa para a criação dessa fundação, da terceirização, é que, com o IMESF, seria mais fácil, mais tranquilo e mais rápido contratar médicos, que era o que a população estava reclamando. No entanto, numa discussão feita dentro do Conselho Municipal de Saúde, o Secretário Municipal de Saúde disse para nós que faltam, hoje, na atenção básica, 28 médicos. E aí eu fui olhar, através do Conselho Regional de Medicina, quantos pacientes

cada médico atende a cada quatro horas. Cada médico pode atender, até quatro horas, quatro pacientes; se fossem oito horas, ele teria que atender 24 pacientes. Se multiplicar esses 24 pacientes por dia, multiplicar pelos 28 médicos que faltam na rede, nós temos em torno de 600 e poucas consultas que não são ofertadas à população de Porto Alegre por dia. Multiplicando, Ver. Prof. Alex, pelos 22 dias do mês e pelos 12 meses do ano, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família deixa de ofertar à população 177 mil consultas/ano. São 177 mil consultas/ano que não são ofertadas à população de Porto Alegre, e é por isso que a população vem a esta Casa e vai, também, ao Conselho Municipal de Saúde reclamar que não tem atendimento. Eles não têm atendimento, não conseguem consulta por falta de médicos!

E mais: a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, hoje, tem, nos seus quadros, 122 médicos do Programa Mais Médicos, o que significa que o IMESF, hoje, contrata apenas em torno de 54 médicos. Para que tem o IMESF? Por que terceirizaram a saúde? O IMESF não cumpre com a justificativa pela qual foi criado. Então, esse é o resultado da terceirização. Eu venho aqui, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, para fazer essa denúncia e, ao mesmo tempo, deixar o indicativo para que tenhamos uma audiência pública, organizada por esta Casa, para que possamos discutir qual é o papel do IMESF na atenção básica, hoje, em Porto Alegre. Nós não podemos aceitar um *déficit* de 177 mil consultas/ano na cidade de Porto Alegre! Esta Casa tem, por obrigação, fazer a defesa dos usuários que são atendidos pelo melhor plano de saúde do mundo, que é o Sistema Único de Saúde. Deixo aqui essa denúncia, reafirmando que precisamos de uma audiência pública para discutir a atenção básica em Porto Alegre e por que essa fundação – que, diga-se de passagem, foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça e está no STF hoje – não está cumprindo com o papel da justificativa do Governo para aprová-la. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador. O Ver. Eder Carteiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. EDER CARTEIRO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos os presentes. Eu venho falar um pouco sobre o povo de tradição de matriz africana, que eu represento. Em primeiro lugar, a gente sempre respeita todas as religiões.

Mas eu vim aqui falar sobre um projeto que se chama “Cidades Irmãs”. Os nossos antepassados, quando vieram para o Brasil, vieram de várias nações. E, aqui, no Rio Grande do Sul, tem algumas nações correspondentes no Continente africano, em cidades. A ideia é nós trabalharmos, por exemplo, com a cidade de Oyó, correspondente a Porto Alegre, porque Porto Alegre tem uma nação africana chamada “Oyó”. Outra nação que existe também aqui em Porto Alegre é a nação Cabinda. Nós queríamos trabalhar em parceria com essas cidades, porque é uma relação Brasil/África, que é uma coisa muito importante. É um resgate que a gente está fazendo das nossas raízes.

Outra coisa que é importante também aqui, dentro de Porto Alegre, é a situação dos territórios: Mercado Público, a Redenção. Nós achamos que os territórios também têm um grande valor de toda essa nossa luta que hoje a gente tem de espaço, porque, hoje em dia, as coisas estão ficando meio acirradas com algumas religiões que trabalham em prol contra a nossa matriz africana. Então, eu penso que nós temos que trabalhar junto, saber como nós vamos trabalhar e temos de trabalhar com as cidades-irmãs, vai ser um grande achado até sentimental, espiritual para nós do povo de matriz africana. Também o feriado de 20 de novembro, tudo isso que eu estou falando aqui do fundo do coração, tudo isso vem com esse feriado tão esperado que a gente quer, porque resgata todo um trabalho de todas as nações que vieram aqui para o Brasil, toda a religiosidade, tudo. Então, territórios, cidades-irmãs e o feriado em Porto Alegre seriam maravilhosos. Eu peço a sensibilidade de todos os nossos Vereadores para prestar um pouco mais de atenção na sensibilidade, na espiritualidade e no sentimento de ser brasileiro, de estar construindo este País, de estar seguindo em frente com o desenvolvimento do País. Eu estou – estou sendo bem sincero – com coração aberto por ter tido esta grande oportunidade de me expressar, de representar o povo, estou aprendendo com muitos outros Vereadores aqui. Para mim, está sendo uma experiência maravilhosa. Eu sou marinheiro de primeira viagem, mas estou tendo um sonho realizado aqui e agradeço à Bancada do Partido dos Trabalhadores. Acho que os outros Partidos também deveriam trabalhar nesse sentido de o suplente ter uma oportunidade de vir aqui, pelo menos por um, dois, três dias, e sentir o que são as diferenças das pessoas. Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
113ª Sessão Ordinária 19NOV2015

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Eder. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h50min.)